

9º seminário docomomo brasil
interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente
brasil . junho de 2011 . www.docomomobsb.org

Mesa: paradigmas do urbanismo moderno

José GALBINSKI*

* Ph.D. - Cornell University
Post-Doctor, City University of New York

galbi@terra.com.br

Mesa: Paradigmas do Urbanismo Moderno

Coordenador: José Galbinski

Texto Introdutório

O tema desta mesa tem um grande leque de abordagens mas, aqui o enfoque será restrito aos recortes apresentados pelos autores de cinco artigos aprovados pelo Comitê Científico para apresentação:

1. *Conjunto Habitacional BNH: registro de um exemplar*
2. *Montbau, 1959: reflexões sobre a preservação de intervenções habitacionais de interesse social modernas*
3. *A Esfinge e as Escalas Urbanas do Plano Piloto de Brasília*
4. *O planejamento urbano, o patrimônio moderno e o valor de contemporaneidade*
5. *A função social da propriedade & o Plano Diretor*

O primeiro artigo, de Maria Luiza Adams Sanvitto, aborda um trabalho de autoria de um dos ícones da arquitetura brasileira, João Vilanova Artigas e equipe. Embora não tombado, é referência nacional de conjuntos residenciais. A grande dimensão deste empreendimento revela semelhanças com Brasília no que diz respeito à repetição, configuração urbana e intenções tecnológicas. O trabalho permite estas análises dada a qualidade de sua documentação.

O trabalho seguinte, de Alcília Afonso, trata igualmente de conjunto habitacional mas, desta vez, na Espanha. A cuidadosa análise e documentação do autor revela-se como uma antítese ao Conjunto Habitacional BNH. Este trabalho tem aspectos que vale destacar: a preocupação com a individualidade do morador, a criação de espaços gregários em que dois indivíduos possam se encontrar e conversar em contraposição à visão transformadora da sociedade que persegue a criação de espaços para a multidão, para as massas, à todo custo.

O terceiro artigo, do Jorge Guilherme Francisoni aborda Brasília e discute o tombamento da cidade e sua inscrição como patrimônio da Humanidade pela UNESCO e suas implicações atuais. A discussão aborda a questão do engessamento Vs. desenvolvimento urbano e a necessidade de especificação precisa dos conceitos urbanísticos de Lúcio Costa. Este trabalho assume maior importância face ao posicionamento do Governo do Distrito de redefinir os limites conceituais e geográficos do tombamento. No entanto, seu conteúdo extrapola os próprios limites de Brasília.

O quarto artigo, de Célia Castro Gonsales, aborda a questão dos Planos Diretores face a preservação do patrimônio cultural e demonstra, com o exemplo de Pelotas,RS a possibilidade de usar este instrumento para “a criação Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural. ...que abrangem todo o território”. Esta visão supera, em parte, as limitações de Plano Diretor, adstrito à áreas urbanas.

O quinto trabalho, de José Galbinski, abre uma discussão sobre o conceito de função social da propriedade, tal como comparece no texto da Constituição-Art.182o , com vistas aos Planos Diretores Municipais. Em uma primeira leitura, a inclusão da expressão pode ser entendida como um avanço. No entanto, esta parece ser uma conclusão apressada. Conforme incluída na Carta Magna, a expressão tem um conteúdo ambíguo, por vezes vazio e sua vinculação aos planos diretores representa um retrocesso, um retrocesso cognitivo.